EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL
DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 0022133-33.2016.8.19.0208

LEITE, NEVES & ROZEMBERG ADVOGADOS, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ sob o nº 42.485.776/0001-99 e com sede na Rua da Assembleia, nº 10, sala 1.222, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20011-901, neste ato representada por seu representante legal, **LEONARDO LEITE MOREIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 116.026, expedida pela OAB-RJ, honrosamente nomeado Administrador Judicial por esse respeitável Juízo de Direito, nos autos da falência de **TRANSLITORANEA TURÍSTICA LTDA.**, sociedade empresária registrada no CNPJ sob nº 12.082.984/0001-86 e com sede na Rua Bergamo, nº 300, Rocha, Rio de Janeiro, CEP 20960-045; vem, a Vossa Excelência, apresentar o **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO FEITO**, com o resumo das razões pelas quais foi proferida, sob a égide da Lei nº 11.101/2005, a r. sentença de quebra (fls. 526/528), expondo os atos processuais realizados até a presente data para, ao final, requerer as diligências cabíveis ao devido prosseguimento do feito, na forma que segue:

I. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

01. Trata-se do processo de falência da **MASSA FALIDA DE TRANSLITORANEA TURÍSTICA LTDA.**, ocasionado pelo requerimento de quebra da credora **RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.**, formulado com base no artigo 94, I, da Lei nº 11.101/05.

02. O pedido de falência foi ajuizado pela Requerente em razão do não pagamento de um débito alusivo ao fornecimento de combustíveis, consubstanciado na confissão de dívida de fls. 17/21.

03. Em referência, pontua-se que o valor histórico da mencionada obrigação era de R\$ 205.185,06 (duzentos e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais e seis centavos) e que apenas 3 das 12 prestações pactuadas foram adimplidas pela Devedora.

04. Por conseguinte, o título foi devidamente protestado e, posteriormente, utilizado pela Requerente para instruir seu pedido de falência (fls. 25/26).

05. Nesse sentido, impende ressaltar que a impontualidade do Devedor, materializada no **não pagamento de protestos acima de 40 salários mínimos**, é uma das hipóteses legais a **justificar a decretação de falência**, conforme dispõe o artigo 94, I, da Lei nº 11.101/05, abaixo transcrito:

Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:

I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;

06. Ou seja, cumpridos os requisitos do pedido, o Devedor só poderia escampar-se da quebra mediante a **comprovação de relevantes razões de direito**, de modo a questionar a constituição e a exigibilidade do aludido crédito ou, em último caso, pelo **depósito elisivo**, preconizado pelo artigo 98, § único.

07. A Devedora, uma vez **regularmente citada** (fls. 416/426), **quedou-se silente**, e, em corolário lógico de sua **inércia**, deixou de apresentar qualquer efeito impeditivo à decretação de falência.

08. À vista disso, o colendo juízo, acertadamente, reconheceu as evidências de insolvência e, com base nos documentos que ladearam o pedido exordial, proferiu, em fls. 526/528, a **sentença de quebra de TRANSLITORANEA TURÍSTICA LTDA.**, valendo transcrever parte:

Por tais fundamentos, DECRETO hoje, às 16h, a falência de TRANSLITORANEA TURÍSTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 12.082.984/0001-86, sediada na Rua Bergamo, nº 300, Rocha, Rio de Janeiro, CEP 20960-045, cujos sócios são ÁLVARO RODRIGUES LOPES, português, empresário, divorciado, identidade nº RNE W573.829-3 expedida pela SE/DPMAF, inscrito no CPF sob o nº 411.191.507-87, residente e domiciliado na rua da Soja nº 106, sala 206, Penha Circular, CEP 21011-100; GABRIEL GAROFALO LOPES, brasileiro, empresário, solteiro, identidade nº 20264664-2 expedida pelo DIC, inscrito no CPF sob o nº 111.152.057-73, residente e domiciliado na rua da Soja nº 106, sala 206, Penha Circular, CEP 21011-100; ALEXANDRE DE VASCONCELOS PEREIRA, brasileiro, empresário, casado, identidade nº 06836634-3 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 820.814.177-15, residente e domiciliado na avenida Luiz Carlos Prestes nº 350, sala 113, Barra da Tijuca, CEP 20960-045; MARIA MANUELA VASCONCELOS PEREIRA, portuguesa, empresária, casada, identidade nº 0308137-7 expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 835.078.097-53, residente e domiciliada na avenida Luiz Carlos Prestes nº 350, sala 113, Barra da Tijuca, CEP 20960-045; e LUIZ AUGUSTO GEOFFROY DE SOUZA MOTTA, brasileiro, empresário, casado, identidade nº 28.177 expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF sob o nº 266.445.257-68, residente e domiciliado na avenida Luiz Carlos Prestes nº 350, sala 113, Barra da Tijuca, CEP 20960-045.

09. Dentre outras providências, a sentença fixou o termo legal no **nonagésimo dia útil** anterior ao primeiro protesto por falta de pagamento e determinou aos sócios da Falida, **sob pena de desobediência**, que apresentassem a Relação Nominal de Credores (artigo 99, III, da Lei nº 11.101/05) e cumprissem as obrigações do artigo 104.

10. Ato contínuo, foi assinado o termo de compromisso de fls. 240/241, por meio do qual este r. Juízo de Direito confiou a administração judicial da ora Massa Falida à pessoa jurídica subscritora, que, portanto, assume suas responsabilidades legais e deflagra as atividades de arrecadação e custódia dos bens e demais obrigações de sua parte.

11. Em suma, tendo traçado um panorama geral do estado em que se encontra a marcha falimentar, este Subscritor, nos tópicos seguintes, passará ao escrutínio pormenorizado das controvérsias até então apresentadas e as diligências necessárias ao límpido prosseguimento do feito.

II. DAS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS AO ESCORREITO PROSSEGUIMENTO DO FEITO

12. Consequência direta da sentença de quebra, este colendo juízo determinou a **intimação dos sócios** e a **expedição de ofícios** a diversos órgãos e entidades, de modo a tomar conhecimento da Relação de Credores e inventariar os bens e direitos da Falida (artigo 99, III e X, da LFRE, respectivamente).

13. Cumpre sublinhar que a decretação de falência impõe, **sob pena de desobediência** (artigo 104, § único, da LFRE), uma série de obrigações aos representantes da Falida, que devem fornecer pontualmente todas os dados e documentos requeridos, de modo a maximizar o acesso da Administração Judicial a informações necessárias e atualizadas para uma **célere e proveitosa** arrecadação e liquidação de seus ativos.

14. Nesse sentido, a não prestação dessas informações obstaculiza o labor desenvolvido pela Administração Judicial, uma vez que **limita o alcance de sua atuação aos elementos constantes nos autos**, fornecidos por terceiros e obtidos, principalmente, nas respostas dos ofícios expedidos, prejudicando, por exemplo, a

apuração da escrituração contábil, a elaboração da Relação de Credores e o inventário de todos dos ativos.

15. No entanto, em que pese a imprescindibilidade da apresentação dos documentos e informações supramencionados, revela-se **contraproducente** ao desenvolvimento do feito aguardar e confiar na devida prestação para, somente então, avançar com a realização de atos centrais inerentes ao procedimento falimentar, na medida que **retardaria a consecução de marcos nodais**, como a identificação e reunião da massa credora, com vistas a compor a Massa Falida Subjetiva.

16. Por tal razão, resta premente a **publicação do edital previsto pelo artigo 99, §1º, da Lei de Falências**, o que ensejará o início da fase de verificação administrativa de crédito e demais marcos estabelecidos na marcha processual falimentar.

III. DO INCIDENTE DE CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO PÚBLICO

17. Como observado, este processo falimentar **ainda não foi objeto de qualquer notificação referente a créditos fazendários**, consubstanciados pelos procedimentos de execução fiscal.

18. Neste prisma, traz-se a conhecimento a novidade prevista pela Lei nº 14.112/2020, que, conforme sabido, alterou a lei de regência da recuperação judicial e falência (Lei nº 11.101/2005) e, dentre outras modificações, inseriu o artigo 7-A, de modo a estabelecer a instauração do chamado **“Incidente de Classificação de Crédito Público”**, abaixo transcrito:

Art. 7º-A. Na falência, após realizadas as intimações e publicado o edital, conforme previsto, respectivamente, no inciso XIII do caput e no § 1º do art. 99 desta Lei, o juiz instaurará, de ofício, para cada Fazenda Pública credora, incidente de classificação de crédito público e determinará a sua intimação eletrônica para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente diretamente ao administrador judicial ou em juízo, a depender do momento processual, a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa,

acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual.

19. Desse modo, ato contínuo à publicação do edital do artigo 99, §1º, da LFRE, que ora se requer, pugna-se, ainda, em prestígio aos Princípios da Celeridade e Economia Processual, sejam **intimadas as respectivas Fazendas**, que deverão informar a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual.

Eminente Magistrado

Ante o exposto, com vistas ao célere e apurado seguimento do feito, requer sejam determinadas por Vossa Excelência as seguintes providências:

(1) **publicação do edital previsto pelo artigo 99, §1º, da Lei 11.101/05**, contendo a íntegra da decisão de decretação da presente falência, bem como a relação de credores a indicar os créditos hoje conhecidos;

(2) **expedição dos ofícios de praxe**, consoante disposto no artigo 99, X, da Lei 11.101/05, de modo a publicizar o estado falimentar da sociedade **TRANSLITORANEA TURÍSTICA LTDA.** e maximizar o acesso desta Administração Judicial a informações necessárias para uma célere e proveitosa arrecadação e liquidação de seus ativos;

(3) **intimação da Falida**, na pessoa de seus sócios, cujos endereços seguem elencados abaixo:

- **Sr. ÁLVARO RODRIGUES LOPES** (CPF nº 411.191.507-87): Rua da Soja nº 106, sala 206, Penha Circular, CEP 21011-100;

- **Sr. GABRIEL GAROFALO LOPES** (CPF nº 111.152.057-73): Rua da Soja nº 106, sala 206, Penha Circular, CEP 21011-100;
- **Sr. ALEXANDRE DE VASCONCELOS PEREIRA** (CPF nº 820.814.177-15): Avenida Luiz Carlos Prestes, nº 350, sala 113, Barra da Tijuca, CEP 20960-045;
- **Sra. MARIA MANUELA VASCONCELOS PEREIRA** (CPF nº 835.078.097-53): Avenida Luiz Carlos Prestes, nº 350, sala 113, Barra da Tijuca, CEP 20960-045;
- **Sr. LUIZ AUGUSTO GEOFFROY DE SOUZA MOTTA** (CPF nº 266.445.257-68): Avenida Luiz Carlos Prestes, nº 350, sala 113, Barra da Tijuca, CEP 20960-045;

para apresentar a **Relação Nominal de Credores** (artigo 99, III, da Lei nº 11.101/05) e a **Relação dos Bens e Direitos** que compõem seu ativo (artigo 104, I, “e”), ambos em prazo de 5 dias e sob pena de incorrerem em crime de desobediência (artigo 104, I, § único);

(4) **a obtenção, via INFOJUD**, das últimas cinco declarações de renda dos sócios da Falida, no intuito de localizar os endereços residenciais dos mesmos, em razão das infrutíferas tentativas de intimação nos endereços acima elencados;

(5) de mesmo intuito, **expedição de ofícios à distribuidora de energia ENEL e às principais companhias de telefonia móvel (VIVO, OI, TIM e CLARO)**;

(6) **a obtenção, via INFOJUD**, das últimas cinco declarações de renda da Falida;

(7) **a instauração do Incidente de Classificação de Crédito Público**, intimando as respectivas Fazendas para que apresentem a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual, inclusive no que concerne aos créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a rigor do parágrafo 7º, do art. 7-A.

(8) **fixação dos seus honorários, no percentual máximo de 5%** (cinco por cento) sobre o valor de venda do ativo da Massa Falida, na hipótese de se encontrar bens passíveis de serem arrecadados, na forma do artigo 24, §1º, da Lei nº 11.101/2005, cabendo salientar que o feito falimentar se encontra em fase inicial.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2022

(assinado eletronicamente)

LEONARDO LEITE MOREIRA
OAB/RJ 116.026

Athos de Andrade Figueira Neves
OAB/RJ 211.747

Lawrence Rozemberg C. Queiroz
OAB/RJ 174.186